

# A apropriação do espaço nas áreas de fronteira agrícola brasileiras\*

Dora Rodrigues Hees

Geógrafa do IBGE

O movimento de ocupação de áreas de fronteira agrícola no Brasil tem adquirido significados e funções diferentes, de acordo com interesses específicos de ordem política, econômica, demográfica ou social que venham a predominar em diversos momentos históricos. Isto pode ser comprovado quando são retomados conceitos de alguns pesquisadores, sobre zonas de fronteira agrícola, que tratam não só os fatores que mobilizam a ocupação de novas áreas, como também as características que assumem as formas e a natureza da ocupação desses espaços. Assim, um breve retrospecto do

caráter da ocupação das áreas de fronteira no País fornece uma visão de como esse processo tem resultado de injunções diversas, que variam segundo a conjuntura nacional.

Tratando da fronteira agrícola na década de 50, Leo Waibel a define como: "... fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A essa zona damos o nome de zona pioneira"<sup>1</sup>. Ressalta esse autor que não se pode considerar como zona pioneira toda expansão de área com ocupação agrícola: "De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, sub-

\* Este comentário corresponde a parte do segundo capítulo da tese de mestrado Transformações no espaço agrário numa área de fronteira agrícola: a Microrregião Médio Tocantins—Araguaia, defendida, em setembro de 1982, no Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, p. 264.

tamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um *boom* ou *rush*. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população”<sup>2</sup>.

Como se pode observar, Waibel identifica importantes características da atividade agrícola, que constituem alguns dos elementos da organização do espaço agrário, permitindo, dessa forma, que se obtenha uma visão de como se dava, naquela época, essa organização em área de fronteira. Tecendo algumas considerações gerais sobre a ocupação das fronteiras, pode-se constatar que a utilização da terra se faz basicamente através da lavoura, desbravando áreas de mata virgem, única atividade que permite alimentar a população que se fixa nessa área<sup>3</sup>.

Quanto ao tamanho das unidades de exploração, estas variavam de acordo não só com o tipo de produto que as impulsionava e a destinação da produção, mas, também, com o caráter dos empreendimentos econômicos implantados. Nesse sentido, têm-se a *plantation* cafeeira do sudeste e a pequena propriedade colonial no Sul do Brasil como exemplos de explorações que se opõem quanto às características sociais, técnicas e de produção, embora ambas se constituam

em formas clássicas de ocupação da terra em frentes pioneiras.

Através do relato que Waibel realiza sobre as zonas pioneiras do Brasil do século XVIII até a década de 50 do século XX, pode-se perceber os diversos motivos que levaram à ocupação dessas diferentes áreas, bem como as características que assumiram os respectivos empreendimentos. No decorrer desse período, a formação das zonas pioneiras mais importantes do País teve como principal fator de expansão a valorização de produtos no mercado exterior, como algodão, cana-de-açúcar e café. O algodão levou à ocupação de áreas do Maranhão no século XVIII e, em menor escala, do Ceará, e do nordeste de Minas Gerais. A Companhia Geral de Comércio do Pará e Maranhão era concessionária desse comércio desde 1756 e fornecia créditos, escravos e ferramentas aos lavradores. A expansão da lavoura canavieira não chegou a constituir propriamente uma zona pioneira, mas, na foz do rio Paraíba, na segunda metade do século XVIII, provocou um dinamismo que, segundo Waibel, faz lembrar o de uma zona pioneira<sup>4</sup>. Já o café foi o produto que provocou as maiores penetrações no Sudeste e Sul do Brasil, tendo-se estruturado em grandes estabelecimentos, com mão-de-obra escrava e, posteriormente, valendo-se da entrada de imigrantes estrangeiros.

De natureza diferente, quanto aos motivos que as originaram, situam-se as zonas pioneiras do Brasil meridional do século XIX. Voltavam-se, basicamente, para a produção de gêneros de consumo para o abastecimento interno. Organizadas em pequenas unidades de produção em regime de trabalho familiar, essas frentes pioneiras

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 266.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 265.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p. 265-67.

não alcançaram a mesma extensão e importância econômica das de São Paulo. Apenas as regiões povoadas pelos colonos europeus que eram servidas por um sistema de transporte barato, que permitia a colocação dos produtos em mercados capazes de absorvê-los, ou num porto de exportação, e que dispusessem de terras para receber novos colonos, adquiriram o caráter dinâmico das áreas de frente pioneira<sup>5</sup>. Essas pequenas unidades de produção familiar dos colonos europeus, baseadas no cultivo de produtos anuais, muito se diferenciavam dos empreendimentos capitalistas dedicados ao cultivo de produtos para a exportação.

Waibel, ao se referir às “zonas pioneiras do Brasil atual”, situa como motivo principal do seu surgimento a elevação dos preços que atingiram os gêneros alimentícios após a 1.ª Guerra Mundial<sup>6</sup>. Faz exceção apenas à zona do “Mato Grosso” de Goiás, cuja ocupação data da década de 40, quando se inicia a Marcha para o Oeste. Havia necessidade de se produzir para o consumo interno, que crescia com o impulso da expansão urbana. Esse fato confere às zonas pioneiras do século XX uma característica que as diferencia das áreas pioneiras no século XIX. Enquanto no século XIX apenas as zonas pioneiras do Sul do Brasil eram caracteristicamente policultoras, nas do século XX, além dos gêneros alimentares, cultivam-se também produtos comerciais. Apesar de o café continuar sendo cultivado e exportado sempre que condições propícias o favoreçam, ele não atinge nas zonas pioneiras do sé-

culo XX enumeradas por Waibel, com exceção do norte do Paraná, a mesma exclusividade alcançada nas do século XIX. Podemos dizer que as zonas pioneiras da primeira metade do século XX são menos monocultoras que as do século XIX<sup>7</sup>.

A expansão do mercado interno, numa economia estruturada, até então, para produzir para a exportação, e a diversificação dos cultivos, após o predomínio da monocultura, provocaram transformações em toda a atividade agrícola. A decadência da *plantation* trouxe a subdivisão das terras, que passaram a ser exploradas em unidades rurais de tamanhos pequeno e médio pelos próprios proprietários ou por meeiros. Estes passaram a cultivar produtos alimentares, bem como o fumo e o algodão, uma vez que o menor emprego de capital exigido por essas lavouras tornou-as viáveis a ex-colonos provenientes de antigas zonas de café<sup>8</sup>.

De acordo com o relato de Waibel, tem-se que uma das principais características das zonas pioneiras é o rápido crescimento da população, que se dá ao lado da expansão da área cultivada, relacionado diretamente ao desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente do caminho<sup>9</sup>.

Outro traço comum a todas as zonas pioneiras do Brasil, antigas ou novas, é a sua localização em área de mata. Esse tem sido o fator natural mais importante para que se forme uma zona pioneira<sup>10</sup>.

Além disso, Waibel distingue características comuns aos estágios que denominou “pré-pioneiro” e

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 275-76.

<sup>6</sup> O autor distingue no Brasil, na década de 50, cinco zonas pioneiras, de acordo com a obra citada: 1) a Região de Xapacó—Pato Branco no noroeste do Estado de Santa Catarina e no sudoeste do Estado do Paraná; 2) o norte do Paraná; 3) o oeste de São Paulo; 4) o “Mato Grosso” de Goiás; 5) a região do norte do Rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

<sup>7</sup> WAIBEL, Leo. *op. cit.*, p. 280.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 280-81.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 281.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 281.

“pós-pioneiro”. Constitui fenômeno típico do estágio “pré-pioneiro” a existência de grandes latifúndios adquiridos por particulares ou companhia de terras a preços muito baixos, antes da chegada das estradas, para serem depois loteados. Com relação às formas de ocupação que antecedem às frentes pioneiras, Waibel se refere à dos caboclos, que ocupam a terra sem requerer títulos de propriedade, dificultando, muitas vezes, o “avanço da ocupação normal das terras”<sup>11</sup>. Ao fazer esta afirmação, Waibel está revelando, não só uma posição reacionária, ao excluir como uma das vias naturais de acesso à terra a ocupação, mas também um desconhecimento das relações entre a pequena e a grande produção. Muitas são as formas através das quais a pequena produção contribui para a expansão do grande empreendimento agrícola. A presença de pequenas explorações, além de garantir a produção de gêneros alimentares, passa também a funcionar como reservatório de mão-de-obra para os grandes estabelecimentos. Tece também comentários sobre o problema dos grileiros, que, da mesma maneira que os ocupantes, podem constituir entraves à expansão das frentes pioneiras<sup>12</sup>. Quanto ao estágio “pós-pioneiro”, pode-se identificá-lo quando toda a terra já foi ocupada e a mata se encontra praticamente devastada<sup>13</sup>.

Além de Waibel, outro autor que se preocupou em analisar os movimentos pioneiros no Brasil foi Pierre Monbeig<sup>14</sup>. Este deteve-se em analisar exaustivamente as frentes pioneiras de São Paulo, que se baseavam no cultivo de um único produto de exportação, o café.

Ao analisar esse movimento pioneiro, Monbeig revela os fatores que levavam à incorporação progressiva de novos espaços para a expansão da produção agrícola. O deslocamento das áreas em cultivo se dava em decorrência de uma queda da produtividade dos cafeeiros, devido aos métodos empregados nos seus sistemas de cultivo, que provocavam a exaustão dos solos. Numa economia em que terras de boa qualidade para o cultivo desse produto de exportação se constituíam num fator abundante, não havia por parte dos produtores a preocupação de melhoria dos métodos de cultivo. Tornava-se, assim, vantajoso formar novos cafezais em solos que oferecessem maiores rendimentos. Foi assim que, após sucessivos deslocamentos em São Paulo, o café atingiu o norte do Paraná<sup>15</sup>.

Nessa marcha havia, naturalmente, a influência de um conjunto de fatores que atuava no sentido de direcionar os movimentos pioneiros. A fertilidade dos solos, dentre os fatores do meio natural, se mostrou capaz de influenciar a direção e a intensidade da ocupação das frentes pioneiras de forma mais acentuada. Numa topografia de planaltos suaves, os espigões constituíam o eixo da ocupação, pois, além da existência das manchas de terra roxa, apresentavam melhores condições para a construção das rodovias e estradas de ferro. A marcha do café revela exatamente o deslocamento, no espaço, das áreas em cultivo em função da busca de solos de melhor qualidade.

A uniformidade do clima nas áreas incorporadas pelos pioneiros fez com que este fator não se cons-

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 282.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 282.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 282.

<sup>14</sup> MONBEIG, Pierre. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. 5. ed., Paris, Armand Colin, 1952.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, *passim*.

tituísse em elemento direcionador das frentes. Havia uma limitação climática apenas quanto à ocupação das encostas dos vales com o plantio do café, uma vez que nelas a presença das geadas era prejudicial a essa lavoura. Em função disso, aí situavam-se as pastagens, para a manutenção de um pequeno rebanho destinado a atender tanto às necessidades alimentares, quanto à execução de serviços de tração. Pelas terras altas, de melhores solos, estendiam-se as plantações de café, ao abrigo das geadas. Como se pode perceber, a distribuição das terras das propriedades, segundo seus diversos usos, se dá sempre em função da destinação dos melhores solos para o café. Apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos era ocupada com cultivos de produtos alimentares, para a subsistência da mão-de-obra<sup>16</sup>.

Essa produção para a subsistência, que consistia no cultivo, em regime de parceria, de produtos temporários intercalares aos cafezais, enquanto estes ainda se encontravam em formação, possuía algumas finalidades importantes. Ao mesmo tempo em que se constituía em fator de atração para a força de trabalho, funcionava como elemento limitador de sua mobilidade, por ser uma forma de manter os trabalhadores ligados à terra. Além disso, a prática da lavoura de subsistência não só representava para os proprietários uma maneira de reduzir os salários monetários, mas também se constituía numa outra fonte de lucro, uma vez que, dados os bons rendimentos dessas culturas, realizadas nos solos férteis dos cafezais, era-lhes possível revender os excedentes alimentares.

Quanto aos fatores econômicos capazes de repercutir na produção

das frentes pioneiras, Monbeig se refere às crises de superprodução, que agem por algum tempo, marcando uma época durante a qual se inicia e instala e é superada. Em consequência dessas crises, reduz-se a demanda de mão-de-obra nas áreas cafeeiras, que apresentam sinais de decadência. Apenas as regiões mais prósperas, mais jovens, são capazes de atrair trabalhadores<sup>17</sup>.

Fatores ligados tanto ao meio natural, quanto à economia, foram responsáveis pela organização de um quadro agrário, nas áreas de frentes pioneiras, que tinha como um de seus traços característicos a presença da grande exploração cafeeira. Nessas áreas, dá-se o domínio absoluto da grande propriedade, que se estruturava em função da produção de um único produto de exportação.

Em função do absenteísmo do grande fazendeiro, tem-se na direção dos trabalhos agrícolas um administrador. As necessidades de mão-de-obra para a lavoura eram supridas mediante o recurso à importação de trabalhadores europeus, numa época em que já havia terminado a escravidão. Os imigrantes, contratados como trabalhadores livres para a lavoura cafeeira, conheceram tanto o regime de parceria quanto o do assalariamento. Dirigiam-se em maior número para os municípios onde a cafeicultura se mostrava mais próspera, ou seja, onde a terra roxa favorecia essa atividade. Mais do que para áreas novas a serem ainda desbravadas, onde era utilizado principalmente o elemento nacional, os imigrantes afluíam para aquelas áreas já importantes quanto à produção cafeeira<sup>18</sup>.

Tanto as características da estrutura fundiária, quanto as do

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, *passim*.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 154.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 156.

uso da terra sofriam alterações de acordo com a influência de fatores conjunturais nos diferentes momentos. Assim, é que muitos fazendeiros, antecipando-se à chegada das estradas e da onda cafeeira, adquiriam terras que se constituíam, sobretudo, numa forma de emprego de capital, uma vez que não se visava à sua exploração imediata. No momento em que se instalavam as vias de comunicação, dava-se uma valorização das terras e aumento de sua procura, o que levava muitos fazendeiros a dividirem suas grandes glebas em lotes que eram vendidos com boa margem de lucro. A valorização das terras deu início à grilagem, que foi um problema comum a toda zona pioneira de São Paulo e Paraná.

A crise de 1929 trouxe como consequência o surgimento da pequena propriedade, resultado da subdivisão das propriedades cafeeiras. Os proprietários, ficando com a parte mais valorizada de suas terras, o alto dos espigões, vendiam as áreas do fundo dos vales àqueles que se interessavam em praticar a pecuária e com isto aliviavam suas finanças. Essa alteração das características da estrutura fundiária processou-se, também, através da ação de companhias especializadas na venda de terras, muitas vezes de capital estrangeiro, "verdadeiros empreendimentos de colonização de caráter capitalista"<sup>19</sup>.

A expansão de áreas dedicadas à pecuária deveu-se ao estímulo do crescimento urbano de cidades como Santos e São Paulo. O aumento da demanda de carne vem incentivar a criação de gado num momento em que o avanço do café atinge essas áreas dos espigões, que oferecem boas condições para a pecuária nos vales.

Importante papel no desenvolvimento das zonas pioneiras tiveram as ferrovias e as rodovias. As primeiras ferrovias não iam além dos cafezais da terra roxa na encosta do planalto. Com o desenvolvimento da cafeicultura, as novas ferrovias penetram em direção às florestas virgens, porém a maior parte delas era construída somente depois que se dava a ocupação da área com produção que garantisse o empreendimento. Havia um paralelismo entre o avanço da frente pioneira e a construção das vias férreas.

O aparecimento do caminhão possibilitou, na década de 20, a ampliação do sistema de transportes, uma vez que rodovias puderam ser construídas nas áreas laterais às estradas de ferro.

Crises econômicas, como a de 1929, levaram o Governo Federal a acelerar a construção de estradas de ferro em direção a florestas virgens, no sentido de favorecer a expansão do café. Tal é o caso da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que liga Bauru a Mato Grosso. O avanço do café além da terra roxa trouxe algumas transformações quanto à utilização da terra. No alto do espigão dominava a monocultura cafeeira; nas encostas onde, devido à incidência de geadas, a cultura cafeeira era um risco muito grande, desenvolveu-se a pecuária como atividade complementar; o fundo dos vales continuava coberto de florestas e praticamente sem ocupação devido às doenças endêmicas que assolavam essas áreas<sup>20</sup>.

Observa-se, então, que nessa etapa de povoamento do oeste paulista abre-se ao pioneiro a possibilidade de desenvolver a pecuária, além da cafeicultura, o que diferencia esta ocupação daquela

<sup>19</sup> Idem. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957, p. 115.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 107.

que predominou inicialmente nas áreas de terra roxa onde o café era exclusivo.

No processo de incorporação de novas áreas para a expansão dos cultivos de café, Monbeig considerou, portanto, a influência de elementos do meio natural e a de fatores econômicos e políticos, muito importantes para a explicação da localização e desenvolvimento de certos tipos de agricultura.

A análise da ocupação de áreas de fronteira, na década de 70, revela características que dão às novas frentes pioneiras significados e funções distintos daqueles observados anteriormente. Isto se tornará evidente quando se comparar as áreas antigas de fronteira agrícola (séculos XVIII e XIX, e, até mesmo, 1.<sup>a</sup> metade deste século) com as atuais, principalmente as da região amazônica.

Para a caracterização da ocupação de áreas consideradas atualmente como de fronteira agrícola, serão analisados, principalmente, os posicionamentos de J. F. Graziano da Silva<sup>21</sup> e J. Souza Martins<sup>22</sup>, por serem estes autores, entre aqueles ligados às Ciências Sociais, os que mais têm se dedicado às questões que envolvem o processo de incorporação dessas áreas numa fase em que se tem, como principal fator a comandar, a expansão agrícola, a intensificação do capitalismo no campo.

Para Graziano, área de fronteira não significa necessariamente “uma região distante, vazia do

ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do Capital, entendido como uma relação social de produção”<sup>23</sup>. Para esse autor tal situação é decorrente do fato de que a terra passa a ser uma opção vantajosa para investimento, “a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de reserva de valor e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas”<sup>24</sup>.

Graziano situa algumas questões que envolvem a transformação da terra de meio de produção em reserva de valor: “a captação dos benefícios dos incentivos fiscais; a falta de alternativas mais rentáveis de investimentos na região centro-sul em função da crise recente da economia; o recrudescimento da inflação aliado à falta de um mercado de capitais seguro; a necessidade da preservação de reservas potenciais tanto da terra em si, como das riquezas a ela associadas (minérios, madeiras, etc.) por parte das empresas multinacionais; etc.”<sup>25</sup>.

Assim, destacam-se as medidas governamentais da década de 60, como a criação, em 1966, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que vem, através dos incentivos fiscais, catalisar investimentos para a região, e a abertura da Rodovia Belém—Brasília, como os principais fatores responsáveis por essas profundas transformações no caráter da ocupação da Amazônia Legal, quando a terra assume, sobretudo, o papel de reserva de valor. Por-

<sup>21</sup> SILVA, José F. Graziano da. A porteira está fechando? *Ensaio de Opinião*, 11, 1979; *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978; Para onde vai a agricultura? *Encontros com a civilização brasileira*, (10), 1979.

<sup>22</sup> MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975; *Terra e Liberdade: A luta dos Posseiros na Amazônia Legal. Reforma Agrária*, 9 (1), 1979; *Expropriação & Violência: A Questão Política no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1980; A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *Encontros com a Civilização Brasileira*, (22), 1980.

<sup>23</sup> SILVA, José F. Graziano da. A porteira está fechando? *Op. cit.*, p. 32.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 33.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 33.

tanto, não é mais o papel produtivo da terra que atrai capitais, mas trata-se de investimentos que visam, principalmente, à obtenção de lucros pela valorização que a terra poderá vir a ter.

A partir de então, inicia-se uma nova fase de ocupação da Amazônia, quando dinamizam-se as atividades extrativas, as de agricultura e as de pecuária com o apoio de um sistema de crédito, público e privado. Dessa forma, cresce a procura de terras nessa região, quando terras devolutas e de posseiros, além de terras de latifúndios existentes anteriormente, passam a ter sua condição redefinida, uma vez que se processa uma mudança em toda a organização da produção desse espaço rural. Antes dessas medidas governamentais que alteraram, substancialmente, o quadro agrário da Amazônia, havia uma vinculação das atividades econômicas com mercados locais, nacionais e estrangeiros, mas o que tem sido constatada é uma redução da produção para o autoconsumo e para os mercados locais e uma produção, que, cada vez mais, se volta para fora da região.

Tal situação ocorre, basicamente, através da expulsão de pequenos produtores ocupantes de suas terras e daqueles trabalhadores residentes no interior dos grandes estabelecimentos. A presença de posseiros passa a ser conflitante com a dos empresários que demandam terra na região. Nesse sentido, a *posse* e a *propriedade* se opõem. Os investidores, ao adquirirem áreas de grandes extensões, expulsam de forma violenta, na maioria das vezes, os ocupantes que aí se encontrem. Agravam-se, assim, os conflitos que se dão em função da luta pela terra, envol-

vendo o poder público, os empresários e os pequenos produtores.

Essa situação expressa, na visão de José de Souza Martins, o conflito existente entre duas formas distintas de ocupação que ocorrem em zonas de fronteira agrícola: a “frente de expansão” e a “frente pioneira”<sup>26</sup>. Para esse autor, “frente pioneira” consiste no movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado, constituindo-se, assim, como uma fronteira econômica. A “frente pioneira” se instaura como empreendimento econômico, baseado na propriedade privada da terra, sendo o resultado direto da reprodução da sociedade capitalista. Em oposição a essa forma de ocupação do espaço, situa-se a “frente de expansão” que se constitui numa fronteira demográfica, resultado de “um estado de insuficiência econômica” que se realiza na fronteira econômica<sup>27</sup>. Seus participantes, dedicando-se, principalmente, à própria subsistência, ocupam terras devolutas. Assim, a figura central dessa área é a do posseiro, para o qual a terra teria apenas valor pelo seu uso e não pela sua equivalência de mercadoria: “Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho”<sup>28</sup>.

Apesar de se caracterizar como uma forma de ocupação do espaço que difere da capitalista, a frente de expansão está integrada na formação capitalista na medida que participa da economia de mercado de duas formas: pela absorção do excedente demográfico da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como

<sup>26</sup> MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. Op. cit., p. 46.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 46.

<sup>28</sup> Idem. *Terra e Liberdade: A luta dos Posseiros na Amazônia Legal*. Op. cit.

mercadoria na economia de mercado<sup>29</sup>.

A respeito dessas afirmações cabe uma discussão sobre a questão de como J. de Souza Martins encara a relação do posseiro com a terra, posição esta que vem sendo contrariada por Otávio Guilherme Velho. De acordo com Velho, essa idéia de que o camponês concebe a terra apenas como *locus* de aplicação do seu trabalho, em total oposição à concepção capitalista da terra, não tem sido comprovada em sua larga experiência de pesquisa na Amazônia. Uma série de fatos observados no campo mostra que há uma relação dos camponeses com o capital comercial e usurário e que “uma das suas mais sentidas reivindicações é o título definitivo de propriedade sobre a terra, não apenas por segurança, mas, também, para poder dispor dela”<sup>30</sup>. A título de exemplificação, Velho observou que a maior parte dos nordestinos, ao se dirigir para a Amazônia, deixa de cultivar os produtos de consumo a que estava acostumada — feijão, milho e mandioca — para plantar o arroz, que não tinha valor, em sua região de origem, nem para consumo nem para venda. Velho questiona esta mudança de cultivo se a lógica dominante fosse a do consumo. Verificou também as relações existentes entre os pequenos comerciantes e esses pequenos produtores: os comerciantes lhes fornecem dinheiro e/ou mercadorias mediante o comprometimento da produção e os orientam quanto à técnica a ser empregada e ao produto a ser cultivado<sup>31</sup>.

A afirmação de Velho parece estar mais de acordo com as características atuais que assume o processo de ocupação do espaço em

uma área do norte goiano, a Microrregião Médio Tocantins—Araguaia. Na realidade, o que se tem observado é que o posseiro, cansado de ocupar terras, trabalhá-las e depois ser expulso, o que ele mais deseja é obter a titulação definitiva de sua terra. Essa situação não deve, entretanto, obscurecer as diferenças marcantes que existem entre a forma pela qual o posseiro utiliza a terra e a maneira capitalista empresarial de sua apropriação.

A apresentação desses diversos posicionamentos sobre o tema — ocupação da área de fronteira agrícola — coloca em confronto as concepções presentes nos trabalhos de Waibel e Monbeig (década de 50), e nos de Graziano e Martins (década de 70). Assim, enquanto Waibel e Monbeig enfatizavam no enfoque da frente pioneira a dimensão espacial (um espaço a ser ocupado, um espaço no qual a frente de povoamento se deslocava etc.), Martins vê a frente pioneira como um movimento social, sem se deter nos aspectos espaciais que favoreciam ou não sua expansão. Graziano se aproxima, em sua abordagem, dos geógrafos referidos, embora, como Martins, dê muito mais ênfase aos mecanismos geradores do processo de incorporação de novas áreas do que Waibel e Monbeig.

Deve-se levar em consideração a época em que tais estudos foram feitos, o que valoriza a obra dos dois geógrafos que produziram trabalhos clássicos sobre o tema, que muito contribuíram para os estudos posteriores. Waibel e Monbeig não fizeram apenas estudos detalhados da realidade nas frentes pioneiras do Brasil, mas levantaram questões que só bem mais

<sup>29</sup> Idem. *Capitalismo e Tradicionalismo*, op. cit., p. 46.

<sup>30</sup> VELHO, Otávio Guilherme. “A Propósito de Terra e Igreja”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, (22), 1980.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*.

tarde ganharam importância, como a da terra como reserva de valor, tão enfatizada nas análises da ocupação atual da Amazônia e que tão bem percebida foi por Waibel: "... fenômeno típico do estágio "pré-pioneiro" são os imensos latifúndios, que particulares ou companhias de terras adquiriram por preços irrisórios do governo, em pleno sertão bruto, vários decênios antes da chegada da estrada de ferro, para depois vendê-los em parcelas maiores ou menores com grande lucro"<sup>32</sup> e por Monbeig: "... os proprietários não visavam à exploração das glebas, que são para eles um emprego de capital que renderá no futuro, isto é, quando as vias de comunicação aí chegarem, quando aumentar a densidade de população, quando os preços dos produtos agrícolas aumentarem, o que ocasionará grande procura de terras"<sup>33</sup>.

Adiantaram também a questão dos conflitos que envolviam a posse da terra. Tais conflitos, que se agravaram no fim do século XIX, se davam pela disputa de terras entre os fazendeiros, em suas tentativas de legalizá-los. Já se pode perceber, também, através de Monbeig, a incompatibilidade entre formas de ocupação de naturezas diferentes, entre o que Martins chama de "frente de expansão" e "frente pioneira". Monbeig se refere à presença de caboclos, mantidos pelos proprietários em suas terras ainda por explorar, cuja "ação sobre a paisagem... foi praticamente nula... quando a onda de povoamento os alcança ou envolve, partem mais longe..."<sup>34</sup>.

A relação entre frentes pioneiras e vias de transporte também é bem desenvolvida pelos dois geó-

grafos, que mostram como a expansão da frente pioneira se dá à medida que avançam as estradas.

Além de se observarem alguns pontos de vista semelhantes na análise e conceituação do tema em questão, de acordo com os autores considerados, percebem-se também algumas diferenças em seus posicionamentos. A retomada de trabalhos sobre expansão de áreas de frentes pioneiras, que datam da década de 50, se torna importante para que se compreenda exatamente o que há de comum entre os movimentos pioneiros do passado e os da fase atual e, nesse sentido, se poder verificar as especificidades que regem o processo de incorporação de terras em áreas de fronteira agrícola, na década de 70.

Em função da caracterização dos movimentos pioneiros no Brasil, pode-se afirmar que, até a década de 30, predominou um fraco movimento de ocupação de áreas de fronteira do tipo "frente de expansão", com exceção daqueles relacionados à expansão da cultura cafeeira e à implantação de alguns núcleos de imigração estrangeira.

Em 1938 o governo do Estado Novo de Vargas anunciou a Marcha para o Oeste, que preconizava a ocupação de vastas áreas do território brasileiro, verdadeiros vazios demográficos, e pretendia fazer com que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Havia, nesse período, um contingente de força de trabalho excedente do ponto de vista da capacidade de sua absorção pelo sistema dominado pela *plantation* canavieira nordestina, o que contribuiu para o aumento da migração interna<sup>35</sup>. O caráter

<sup>32</sup> WAIBEL, Leo, *op. cit.*, p. 282.

<sup>33</sup> MONBEIG, Pierre. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira. Op. cit.*, p. 111-12.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p. 111.

<sup>35</sup> VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel, 1976, p. 151.

dessa exploração, onde havia um monopólio do controle da terra, não favorecia a formação de uma camada de camponeses livres.

Para que se efetivasse a Marcha para o Oeste, deu-se início ao desenvolvimento de uma infraestrutura viária na Região Centro-Oeste, pois o alargamento da fronteira agrícola só se daria se houvesse condições de escoamento da produção agrícola. Por sua vez, o centro-oeste apresentava-se mais vantajoso para a ocupação, em relação à Amazônia, dadas as melhores condições de conexão com os principais centros urbanos do País.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi estendida, outras construídas e fundava-se uma nova capital para o Estado de Goiás. Cabe registrar, também, um movimento de população vindo de São Paulo e Minas Gerais para o sul de Mato Grosso e Goiás. Inicialmente foram ocupadas aquelas terras que, após a exploração do ouro no período colonial, ficaram sendo utilizadas por uma pecuária bastante extensiva. Em seguida, estendeu-se a ocupação para terras de mata onde o apoio estatal se manifestou através de projetos de colonização dirigida.

No que diz respeito à Amazônia, as iniciativas visando à sua ocupação, nesse período, não surtiram efeitos positivos. Foi a partir dos anos 40 que se registrou um certo aumento da população dessa área, resultado da implantação de algumas colônias japonesas que prosperaram no pós-guerra, principalmente aquelas ligadas à produção de pimenta. Além disso, a Amazônia vinha também sendo alcançada nesta época por pequenos produtores maranhenses, que, em certa medida, já se deslocavam no sentido oeste, ocupando áreas de

mata inexploradas, desde a década de 20<sup>36</sup>.

Apesar dessas incursões de população que se processavam na década de 40, tanto em direção ao centro-oeste quanto à Amazônia, a área de fronteira agrícola efetiva se localizava nos Estados de São Paulo e Paraná, ainda em função da expansão da lavoura cafeeira. Devido às próprias características do sistema em que este cultivo era realizado, provocando a exaustão dos solos, havia um deslocamento progressivo de suas áreas de cultivo. Foi assim que de São Paulo o café alcançou o norte e oeste do Paraná, que experimentou um grande crescimento demográfico e econômico, a partir da década de 40. Além da cafeicultura destacavam-se outras atividades, como a exploração madeireira e a pequena produção agrícola, que contribuíram para o referido aumento da população.

Na segunda metade da década de 40, ou seja, após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a crescente demanda por produtos de exportação, dentre os quais se destacava especialmente o café, assim como a expansão da população e o crescimento da renda *per capita*, contribuíram para a ampliação da demanda de produtos alimentícios e de matérias-primas para o setor industrial. Porém, o setor agrícola não respondia favoravelmente a estes estímulos do mercado porque um aumento de produtividade, via mudança tecnológica dos processos agrícolas, não era viável, assim como, através da incorporação de novas áreas, tornava-se difícil, por falta de infraestrutura viária. Entretanto, os preços elevados do café, no início da década de 50, estimularam a expansão cafeeira pelo norte do Paraná, onde as condições de fertilidade das terras constituíam-se em atrativo sufici-

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p. 152.

entamente forte, a ponto de superar as deficiências da infra-estrutura viária da região. Dessa forma, a agricultura passou a responder aos estímulos do mercado externo, mas restava o problema do abastecimento interno de alimentos, pois condições inadequadas de armazenagem, assim como de escoamento de safras e comercialização da produção, acarretavam consideráveis perdas de produção<sup>37</sup>.

O final dos anos 50 foi marcante no sentido de que iniciou-se, nesse período, a construção da nova Capital Federal e a implantação de importantes rodovias que a ligassem aos principais centros urbanos do País. O governo de Kubitschek, enfatizando o transporte, a armazenagem e a melhoria das condições de comercialização, criava condições para que a fronteira agrícola se expandisse. Assim, novas áreas são incorporadas ao processo produtivo. Tanto o nordeste do Paraná, que teve sua ocupação completada nesse período, quanto o noroeste e sudoeste desse Estado foram penetrados pelo avanço da fronteira. A melhoria da infra-estrutura viária, em áreas de Minas Gerais, sul de Goiás e de Mato Grosso propiciou, também, aí, a expansão da atividade agrícola. A incorporação desses novos espaços à atividade agrícola contribuiu para que a oferta de produtos agrícolas crescesse, principalmente, aqueles de origem vegetal<sup>38</sup>.

A expansão da fronteira agrícola, no que tange à Região Norte, só se deu, de maneira efetiva e em grande escala, na década de 60, após a abertura da Belém—Brasília. Essa rodovia, atingindo a Amazônia em sua parte oriental, vem

criar condições para a sua ocupação, que passou a se processar tanto por grandes firmas pecuaristas que se dirigiam ao norte de Mato Grosso e ao norte de Goiás, quanto por pequenos produtores maranhenses que já demandavam a região<sup>39</sup>.

Algumas mudanças que vinham ocorrendo na Amazônia nas últimas décadas criaram condições para que se processassem alterações profundas, no sentido de provocar uma maior integração dessa região com o restante do País. Nesse sentido, fatores de naturezas diversas contribuíram para que tal integração se processasse: o aumento da demanda de carne para o abastecimento dos mercados de Belém e Manaus; a expansão do cultivo da pimenta-do-reino e da juta por imigrantes japoneses, sobretudo no pós-guerra; o início da extração do manganês no Amapá; a criação do Serviço de Saúde Pública e de uma Agência Federal para o desenvolvimento da Amazônia, além da abertura da Rodovia Belém—Brasília e da Brasília—Acre e de outras estradas de menor importância<sup>40</sup>.

A presença da Belém—Brasília, atingindo o Maranhão ocidental e o sul do Pará na década de 60, trouxe maiores oportunidades de comercialização da produção agrícola para os pequenos produtores maranhenses, cujo principal produto de suas lavouras, o arroz, passou a ter papel importante no abastecimento dos mercados do centro-sul. Posteriormente, a construção da Rodovia Transamazônica representou uma medida governamental de grande impacto para a Amazônia. A divulgação de seu projeto surgiu após uma visita do

<sup>37</sup> PENNA, Júlio A. e MULLER, Charles C. Fronteira Agrícola, Tecnologia e Margem Intensiva. *Estudos Econômicos*, 7 (1), 1977, p. 67-8.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p. 68.

<sup>39</sup> VELHO, Otávio Guilherme. *Op. cit.*, p. 157.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 194.

Presidente Médici ao Nordeste, por ocasião da seca de 1970. A construção de uma grande estrada se apresentava como uma maneira de transferir populações carentes para uma região escassamente povoada. Pela primeira vez num Programa de Integração Nacional (julho de 1970) são colocadas diretrizes que fogem à abordagem comum aos anos 60 de ênfase ao desenvolvimento regional, para uma que transcende o âmbito da Região Nordeste. Assim, estruturavam-se planos de colonização oficial a serem implantados às margens dessa rodovia, visando a estimular a migração. Na realidade, esses projetos tinham como finalidade a redução das tensões sociais no Nordeste e a manutenção da estrutura agrária vigente nessa Região, onde as terras disponíveis eram escassas e grande o excedente populacional. Além disso, a colonização oficial se constituía numa forma de frear os movimentos espontâneos de ocupação de terras pelos posseiros. Desse modo, criaram-se condições para a expansão do capitalismo na Amazônia.

Ao mesmo tempo em que se decidia pela construção da Rodovia Transamazônica, vários outros projetos eram anunciados, como a construção da Rodovia Cuiabá—Santarém, a pavimentação da Belém—Brasília e o apoio à rodovia estadual, em construção, ligando Manaus à Brasília—Acre, que contribuiriam para a expansão da fronteira agrícola mais recente do País, a que se dá em direção à Amazônia. Estimulada por um conjunto de medidas governamentais, sua ocupação orienta-se no sentido de privilegiar o grande empreendimento empresarial capitalista. No norte de Goiás, a área compreendida da Amazônia Legal, processa-se uma transformação no quadro das atividades agrárias, quando esses novos empreendimentos se instalam. Essa nova forma de ocupação do espaço, baseando-

se na propriedade privada da terra, entra em conflito com outras modalidades de exploração da terra, como a dos ocupantes que têm a *posse* como unidade básica de produção.

As explorações realizadas pelos ocupantes baseiam-se, essencialmente, no trabalho familiar, havendo apenas, em períodos de maior necessidade de mão-de-obra, a contratação de um reduzido número de diaristas ou se verifica a prática de troca de dia de serviço entre os posseiros ou entre os pequenos proprietários da vizinhança. Encontram-se, principalmente, em regime de ocupação pequenas unidades de exploração que, além da reduzida dimensão, localizam-se, em geral, nas piores áreas, pois as terras de melhor qualidade são apropriadas pelos empreendimentos capitalistas.

Em função do caráter instável de que se revestem as explorações dos posseiros é pequena a presença de investimentos em instalações, uma vez que estes produtores não se sentem seguros quanto à sua permanência nas terras que ocupam. Ao mesmo tempo, para conseguirem sua titulação é preciso que haja elementos que comprovem, junto ao INCRA, que a terra vem sendo explorada.

A produção da lavoura destas unidades volta-se para a subsistência da família, sendo que a parte que é às vezes comercializada não pode, na maioria dos casos, ser classificada como excedente, pois sua venda se faz necessária para a aquisição de outros artigos que não são produzidos no estabelecimento. O gado é vendido apenas em função da necessidade de complementação da renda para as despesas com a família ou quando o ocupante necessita pagar impostos ou serviços de medição de terras ao INCRA. Além da venda de gado, a prestação de serviços noutros estabelecimentos, na condição de

assalariado diarista, é outra forma que o produtor encontra para aumentar a sua renda, que, por outro lado, contribui para reduzir o sustento da família, uma vez que o posseiro deixa de trabalhar em seu estabelecimento. Assim, à medida que estas populações, características da "frente de expansão", se integram ao sistema de produção capitalista, acelera-se sua caracterização como grupo social e, em consequência disto, ao serem criadas dependências de consumo de gêneros produzidos fora do estabelecimento agrícola e obrigações de pagamento de impostos e taxas, pioram substancialmente suas condições de vida.

É, pois, na medida em que a empresa rural se instala e se expande, aumentando, na região, seu poder econômico e político sobre os demais produtores que, principalmente os posseiros, vêem-se, cada vez mais pressionados em função da dificuldade da preservação da posse das terras na luta pela ocupação do espaço. As condições de extrema pobreza em que vive grande parte desse contingente de produtores e trabalhadores rurais, pois, além de trabalharem em suas terras, se oferecem como mão-de-obra assalariada noutros estabelecimentos, os tornam vulneráveis às ofertas, que lhes são feitas, pelos novos investidores, para que abandonem suas terras. Pode-se observar, então, que o domínio da grande exploração de caráter empresarial se amplia em detrimento da pequena produção que caracteriza a forma de ocupação em uma "frente de expansão".

A presença destas grandes unidades de exploração deve-se, não só a investimentos realizados por fortes grupos econômicos do Sudeste e Sul do Brasil, que, freqüentemente, possuem vários estabelecimentos noutras áreas de fronteira, ou não, mas também a grandes

fazendeiros individuais que, de modo geral, são absenteístas. Na medida em que continuam a viver nos grandes centros urbanos, mantêm gerentes ou capatazes para a administração da propriedade e arregimentação da mão-de-obra necessária para as fainas agrícolas.

A chegada desses novos investidores, aliada à abertura de estradas, constitui-se em fator de atração para um contingente de população que se desloca, sobretudo do Nordeste, mobilizado pela oportunidade de ocupar terras e melhorar suas condições de vida. Entretanto, reduzem-se, cada vez mais, as possibilidades de fixação à terra e de absorção na condição de trabalhadores pelos grandes empreendimentos, o que se deve ao fato de ser a atividade econômica dominante na região, a criação bovina, pouco intensiva em mão-de-obra. Assim sendo, grande parte daqueles que se dirigem à região acaba tornando-se trabalhadores temporários, que se deslocam na área, em função das solicitações do mercado de força de trabalho. Nos períodos em que se dá a instalação dos projetos agropecuários, os trabalhadores são requisitados, em maior número, para a derrubada da vegetação das áreas a serem ocupadas. Findo este prazo, terminam os vínculos do pessoal ocupado nos estabelecimentos, que passam a absorver, a partir de então, apenas um reduzido número de empregados para o desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, cria-se, na região, um mercado de força de trabalho rural. Assim, em função das solicitações de serviços nos estabelecimentos, a mão-de-obra se desloca para diferentes áreas, sendo ora absorvida por estas unidades de produção, ora dispensada.

Essa situação se deve, em grande medida, às características da ocupação do espaço agrário, isto é, à pecuária extensiva praticada em

grandes estabelecimentos. O caráter extensivo, sobretudo quando se trata de pecuária de corte, pode expressar uma racionalidade do comportamento do pecuarista, pois, considerando o preço dos fatores de produção e o preço do produto final, torna-se vantajoso, muitas vezes, o processo de produção, que se baseia na utilização de grandes áreas com um mínimo de inovações tecnológicas.

Graziano enumera alguns fatores que contribuem para a expansão da pecuária no Brasil nos últimos anos. Segundo este autor, a compra de terras de pastagens naturais e de rebanho asseguram por si mesmas a valorização do capital investido; os preços do boi para corte têm estimulado sua produção; o caráter extensivo que caracteriza seu sistema criatório está de acordo com o absentismo do grande proprietário: “o gado se alimenta do pasto natural, e, não fossem as poucas vacinações e o sal grosso, poder-se-ia dizer que segue seu ciclo natural de reprodução”<sup>41</sup>. Finalmente, trata-se de uma atividade que não oferece grandes riscos nem exige grandes investimentos em insumos. Quando secas ou inundações ocorrem, provocando perdas, há, geralmente, proteção do Estado através de linhas de crédito especial e garantias de preços da exportação.

Além de ser a pecuária uma atividade pouco absorvedora de mão-de-obra, o problema do desemprego ainda mais se agrava pelo processo de modernização crescente que atinge, também, as áreas de fronteira. A modernização que se tem dado de forma generalizada na agricultura brasileira é resultado de ter-se tornado o setor agrícola mercado de consumo de máquinas e insumos modernos. Dessa forma, esse setor, que pouco dependia do industrial, vê alterado seu papel

no processo de desenvolvimento da economia. Havia uma dependência do setor industrial em relação ao agrícola no sentido de que este, através da exportação, gerava divisas para a importação de bens que trouxessem a expansão industrial, além de lhe fornecer matéria-prima e mão-de-obra. A partir do período em que se dá uma queda brusca nos preços do café (de 1955 a 1963), o Governo necessita lançar mão de uma nova política para manter e intensificar o padrão de acumulação da economia. Neste sentido, o Estado dirige à agricultura políticas que incentivam, tanto o consumo de máquinas e de insumos modernos, que se expande nos anos 60, quanto as exportações, uma vez que a indústria ainda mantém um certo grau de dependência do comércio exterior.

O tipo de modernização que se processa é o da “modernização conservadora”, através da qual mantém-se o padrão de estrutura fundiária concentrado, pois, quando o latifúndio se moderniza tecnologicamente, se transforma numa grande empresa agrícola. A modernização, de caráter seletivo, se dá para aquelas culturas de alto valor comercial, produzidas basicamente nas grandes propriedades capitalistas.

Apesar da adoção de técnicas modernas, como a mecanização e a utilização de insumos industriais, pelos grandes estabelecimentos, verifica-se que estes mantêm, ao lado de um número restrito de trabalhadores assalariados permanentes, em geral para funções mais especializadas, como administração, utilização de máquinas e, também, trato do gado, formas de relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Estas relações

<sup>41</sup> SILVA, José F. Graziano da. *Ibidem*, p. 92.

de produção, representadas pela presença de pequeno número de parceiros e agregados, vêm mostrar que a expansão do capitalismo não se dá de forma homogênea no espaço rural brasileiro. Assim, num determinado momento, a expropriação dos produtores rurais dos meios de produção pode ocorrer, se necessária, para a expansão do capitalismo. Já em outras circunstâncias, pode-se ter como vantagem a manutenção de trabalhadores ligados aos meios de produção. Tal estratégia é analisada por Loureiro<sup>42</sup>, em estudo sobre a parceria no sistema capitalista, no qual são apontadas as seguintes vantagens do emprego dessa relação de trabalho: “socialização” entre o empresário — proprietário territorial e parceiro dos “custos” de produção; “socialização” das perdas do produto; aumento da produtividade do trabalho; formação de uma reserva de força de trabalho experiente em determinados trabalhos, como, por exemplo, o de carpa; dispensa de força de trabalho de capatazes para fiscalizar o trabalho; diminuição dos “custos” de reprodução da força de trabalho, ao eliminar os chamados encargos sociais, como a Previdência Social.

Em função destas razões, a relação de produção não tipicamente capitalista da parceria continua sendo utilizada, de forma articulada com o assalariamento, num empreendimento com características modernas, quanto à adoção de técnicas, e cuja produção volta-se para o mercado. Da mesma forma, um determinado número de agregados é, às vezes mantido no interior dos estabelecimentos como garantia para prestação de serviços eventuais de baixo custo, bem como uma forma de exercer o controle sobre os limites de sua área no

sentido de impedir que posseiros se instalem.

Em maior número, tem-se a contratação de trabalhadores assalariados temporários, através de sistema de empreitada, ou mediante o pagamento de diária. Esta modalidade de trabalho tem sido largamente utilizada nos grandes estabelecimentos pecuaristas onde as necessidades de mão-de-obra concentram-se em determinados períodos do ano, quer para a formação e/ou renovação dos pastos, capina, confecção de cercas, quer para a colheita, etc.

Esse contingente de trabalhadores assalariados temporários constitui-se tanto de pequenos proprietários e posseiros da vizinhança, quanto daqueles trabalhadores que perderam o acesso aos meios de produção ou que, ao se dirigirem à região com vistas à ocupação de terras, não tiveram outra oportunidade senão a de prestar serviços como assalariados nos estabelecimentos rurais. A expropriação do produtor dos meios de produção (a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas) constitui uma das características do processo de expansão do capitalismo, que cresce e se reproduz à custa do trabalho. “Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho, para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo,

<sup>42</sup> LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 130-31.

isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista”<sup>43</sup>.

Esse processo de expropriação tem sido largamente observado no setor agrícola brasileiro, o que gera um problema sério de desemprego rural, uma vez que, paralelamente à expropriação, reduz-se a oferta de empregos nos estabelecimentos agrícolas, em função da maior modernização dos processos de trabalho.

Um exemplo de área onde estão muito presentes essas questões que envolvem o processo de expansão da fronteira agrícola é o norte de Goiás — Médio Tocantins—Araguaia —, onde a incorporação de áreas aos estabelecimentos rurais vem-se dando de forma acentuada. Nessa área, a utilização de técnicas modernas na atividade agrícola está intimamente relacionada à conquista de áreas de cerrado para o cultivo de produtos temporários. O aproveitamento desse tipo de solo torna-se viável mediante a inversão maciça de insumos modernos. Assim, extensas áreas passam a ser utilizadas, principalmente, com cultivo de arroz e também de milho, para depois de um período, que pode variar de um a dois anos, transformarem-se em áreas de pastagens.

Apesar desse maior aproveitamento dos solos com vegetação característica de cerrado, percebe-se que o ritmo de incorporação de áreas das unidades de exploração é muito superior ao das superfícies cultivadas. As áreas com lavouras, bem como aquelas com pastagens plantadas, constituem, de fato, percentagem pouco significativa no total da superfície dos estabe-

lecimentos. O baixo grau de aproveitamento dessas grandes unidades de exploração atesta, portanto, o que se tem dito sobre aquisição de terras como reservas de valor.

A Microrregião Médio Tocantins—Araguaia, enquanto se caracterizava como uma região de pecuária extensiva — atividade subsidiária à extração mineral — e de agricultura de subsistência, não possuía o caráter de uma zona de fronteira agrícola. Somente em fins da década de 50, com a construção da Rodovia Belém—Brasília, que atravessa essa Microrregião em toda sua extensão norte-sul, acentua-se a integração dessa área com os centros dinâmicos do País. Tal fato vai provocar fortes transformações nas características de sua organização espacial e criar condições para a expansão da fronteira agrícola, sobretudo a partir da década de 60, se se analisar esta questão como parte de um conjunto de medidas governamentais de grande impacto para a região.

Entre elas, situa-se a criação da SUDAM, em 1966, que estimulou a implantação de empreendimentos agropecuários, através da concessão de incentivos fiscais àqueles que investissem no setor rural da Amazônia Legal. Assim, nos anos 60, aquela Microrregião, além de ter-se integrado às demais regiões do País, em decorrência da implantação da rede viária, torna-se área de aplicação de capital no setor agropecuário por aqueles que se beneficiam dos incentivos fiscais, uma vez que está situada nos limites da Amazônia Legal, passando a se configurar, a partir de então, como região de fronteira agrícola.

<sup>43</sup> MARTINS, José de Souza. *Expropriação & Violência: A Questão Política no Campo*. Op. cit., p. 54.